



JORNAL DA ALERJ

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Ano V N° 160 – Rio de Janeiro, de 16 a 30 de setembro de 2007

Rafael Wallace



Política com sangue novo

● NESTE NÚMERO

Mecenas das artes e da natureza é homenageado

PÁGINA 3

Emendas dos deputados aperfeiçoam Lei do ICMS Verde

PÁGINAS 4 e 5

Rodrigo Neves fala da necessidade de diálogo entre o Parlamento e a sociedade

PÁGINA 12

Criado pela Assembléia Legislativa para estimular a formação de novas lideranças políticas, Parlamento Juvenil encerra sua terceira edição mostrando a disposição dos jovens para mudar a realidade em que vivem

Em sua terceira edição, o Parlamento Juvenil 2006-2007, realizado pela Assembléia Legislativa do Rio, mostrou a empolgação dos jovens para renovar a política e a vontade de influir nas decisões do estado. “O Parlamento Juvenil colabora para a formação de novas lideranças e também incentiva o debate político entre os jovens, criando uma consciência crítica”, ressaltou o 1º vice-presidente da Alerj, deputado Coronel Jairo (PSC).

Iniciado no ano passado, quando foram realizadas as etapas regionais, o Parlamento Juvenil reuniu na Assembléia Legislativa, entre os dias 24 e 28 de setembro, os autores dos 40 melhores projetos, que puderam defendê-los, aprimorá-los e submetê-los ao crivo dos demais, a partir de reuniões de comissões e discussões

em plenário. Como resultado deste processo, cinco propostas foram selecionadas e entregues em mãos ao governador Sérgio Cabral.

Nesta edição do JORNAL DA ALERJ, você poderá conferir a atuação desses jovens parlamentares, que ainda freqüentam os bancos escolares, e conhecer suas impressões sobre o projeto, que mobilizou 2.700 candidatos de 570 escolas num universo de 600 mil alunos. “Viemos na expectativa de fazer uma política nova, e não política novamente. Nosso foco eram os projetos prioritários e viáveis, e a possibilidade que tínhamos nas mãos de fazer algo que se perpetuasse através de boas leis”, afirmou Bernardo Roberto Cardoso Pinto, de Saquarema, que foi presidente na etapa regional e, na Alerj, foi eleito 1º secretário.

PÁGINAS 6, 7 e 8

FRASES

Rafael Wallace



“Até hoje se faz muito discurso em relação à escola superior, mas se investe pouco. Temos que resgatar a Uerj, não como um patrimônio predial, mas como um patrimônio de inteligência e de conhecimento”

Paulo Melo (PMDB), sobre a importância de se valorizar a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj) pelo fato de ela oferecer um patrimônio futuro ao estado.

“Há uns três dias li nos jornais que esse Governo viaja muito. Eu quero que essas viagens sejam de sonho e que esses sonhos se realizem em favor da população do nosso estado. Contudo, só se concretizarão com aumento de arrecadação, com melhoria qualitativa e quantitativa da máquina administrativa”

Luiz Paulo (PSDB), em discurso que ressaltou a importância de a Assembleia Legislativa perseguir esta melhoria.

“Pirataria cria grande constrangimento para o Estado, empobrece o Estado, gera desemprego”

Dionísio Lins (PP), sobre as denúncias que tem recebido a respeito de pirataria e de sonegação fiscal na comissão que preside.

CONSULTA POPULAR

● **Sou policial militar e gostaria de saber como devo proceder para ser transferido para um lugar mais próximo de casa, já que gasto muito dinheiro com transporte.***

* Dúvida respondida com frequência pela comissão.



Deputado **Wagner Montes** (PDT)

● O Estatuto da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro prevê que o policial não pode ser lotado a mais de 100 quilômetros de sua residência. O transtorno da distância, por vezes, é causado pelo próprio policial, quando muda de endereço. Em todo caso, a transferência é possível através de permuta. Para um policial ser transferido de um local, é preciso que haja outro pleiteando ir para

o mesmo, ou que haja vaga no local desejado.

Quanto aos gastos com transportes, está em processo na Assembleia Legislativa o projeto de lei 795/07, proposto pelo Poder Executivo e publicado no Diário Oficial do Poder Legislativo em 3 de setembro de 2007, pelo qual o Estado do Rio de Janeiro se dispõe a analisar a liberação de vale-transporte para a categoria.

Para tirar dúvidas, fazer denúncias e receber orientações sobre a área de Segurança, agentes das polícias Civil e Militar, Corpo de Bombeiros e Guarda Municipal, além de agentes penitenciários e do Degase, podem recorrer ao Disque-Segurança pelo telefone **0800 282 3135**.

● **Gostaria de saber se existe a lei do silêncio no Estado do Rio de Janeiro. Ela vigora? Onde denunciar barulhos abusivos de bares de madrugada?**

Clara, Maria da Graça.



Deputado **André do PV**

● O serviço Alô, Alerj (**0800 22 00 08**) e o Disque Meio Ambiente (**0800 28 20 230**) recebem denúncias sobre o meio ambiente. As queixas de poluição sonora infelizmente são campeãs em número de casos. Assim que a reclamação é feita, a Comissão de Defesa do Meio Ambiente envia uma equipe ao local para constatar a irregularidade e remete

um ofício para a Secretaria Municipal do Meio Ambiente pedindo providências. Assim que a comissão recebe a resposta do órgão, o denunciante é informado do resultado. Em caso de poluição sonora à noite, a comissão encaminha o ofício para a Delegacia de Proteção ao Meio Ambiente para que sejam tomadas as providências cabíveis. No prazo de 15 dias a comissão convoca o denunciante para que ele compareça ao gabinete, seja informado sobre as providências e receba um ofício sobre o andamento da denúncia. Na maioria dos casos as denúncias têm tido resultados positivos para satisfação do denunciante.

Dúvidas, denúncias e reclamações: Alô, Alerj 0800 22 00 08

EXPEDIENTE



ALERJ

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Presidente
Jorge Picciani

1° Vice-presidente
Coronel Jairo

2° Vice-presidente
Gilberto Palmares

3° Vice-presidente
Pedro Fernandes Neto

4° Vice-presidente
Gerson Bergher

1° Secretária
Graça Matos

2° Secretário
Zito

3° Secretário
Dica

4° Secretário
Fabio Silva

1° Suplente
Renata do Posto

2° Suplente
Armando José

3° Suplente
Pedro Augusto

4° Suplente
Edino Fonseca

JORNAL DA ALERJ

Publicação quinzenal do Departamento de Comunicação Social da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro

Jornalista responsável
Fernanda Pedrosa
(MT-13511)

Coordenação: Geiza Rocha

Reportagem: Everton Silvalima, Luciana Ferreira e Fernanda Porto

Estagiários: Ana Beatriz Couto, Bruno Fernandes, Camila de Paula, Carla Boechat, Fabiano Veneza, Jaqueline Cunha, Karina Moura, Marcela Maciel, Natália Alves, Sérgio Jardim, Zô Guimarães

Fotografia: Rafael Wallace

Diagramação: Daniel Tiriba

Telefones: (21) 2588-1404/1383
Fax: (21) 2588-1404
Rua Primeiro de Março s/n° sala 406
CEP-20010-090 – Rio de Janeiro/RJ
Email: dcs@alerj.rj.gov.br
www.alerj.rj.gov.br

Impressão: Gráfica da Alerj
Coordenação: Leandro Pinho
Montagem: Bianca Marques e Rodrigo Graciosa

Tiragem: 2 mil exemplares

MEDALHA TIRADENTES

Cultura mantida no berço

Rafael Wallace



Deputado Jorge Picciani ressaltou iniciativa de Joe Berardo de fundar museu em Casimiro de Abreu

Comendador Joe Berardo é homenageado por conservar coleção de carrancas no estado e promover o acesso da população à cultura

EVERTON SILVALIMA

Ao som de ritmistas da escola de samba Unidos da Tijuca, o comendador português José Manuel Rodrigues Berardo, conhecido como Joe Berardo, dono da mais importante coleção de carrancas do País e um dos maiores colecionadores de arte do mundo, foi recebido, no dia 1º de outubro, no Palácio Tiradentes, para ser homenageado com a Medalha Tiradentes e com o Título de Cidadão do Estado do Rio de Janeiro. O presidente da Alerj, e autor da iniciativa, deputado Jorge Picciani (PMDB), justificou a entrega revelando que Berardo cedeu parte importante de seu acervo para a instalação do Museu Paulo Parda, que será implantado em Casimiro de Abreu, na região das Baixadas Litorâneas, e transformará o Rio numa referência em arte popular no Brasil. “Estamos mostrando aqui o apreço do Parlamento pelas manifestações artísticas do nosso estado e pela importância do comendador para a preservação da cultura e da facilitação do acesso do povo a ela”, enalteceu Picciani.

O mecenas, que foi convidado pela agremiação carnavalesca para desfilar em 2008 no enredo “Vou juntando o que eu quiser, a minha mania vale ouro. Sou Tijuca, trago a arte, homenageando meu tesouro”, que mostrará a arte dos colecionadores, agradeceu por ter sido sempre recebido “de

mãos abertas” no Brasil. “Tudo na minha vida não aconteceu por acaso e, se hoje estou aqui, é para compartilhar com o Brasil aquilo que o País tem feito pelos portugueses. Esta Nação sempre possibilitou que os portugueses exercessem suas funções e construíssem suas vidas aqui”, pontuou, após ouvir os hinos português e brasileiro na abertura da sessão solene. Nascido de uma família simples, na Ilha da Madeira, Joe Berardo, de 63 anos, transformou-se num colecionador compulsivo desde a infância e, por conta disso, é hoje o décimo homem mais rico de Portugal, com uma fortuna que, segundo dados, é de cerca de dois bilhões de euros.

O cônsul-geral de Portugal no Rio de Janeiro, Antônio Almeida Lima, acredita que a homenagem irá estreitar a relação entre Brasil e Portugal, principalmente, na área cultural. “Há um ditado português que diz: quem meus filhos beija, minha boca adoça, e é isto que estamos sentindo agora, diante deste evento que a Alerj realiza hoje para reverenciar um importante filho de Portugal”, avaliou. O prefeito de Casimiro de Abreu, Paulo Dames, reconheceu que o município não tinha condições de, sozinho, conservar a coleção do museólogo Paulo Parda, que estava prestes a ser leiloada. “Se não fosse o comendador Berardo perderíamos essa obra de importante valor artístico que tem nas peças de Chico Tabibuia sua maior relevância”, declarou Dames.

A mesa da cerimônia também foi composta pela senhora Lily de Carvalho Marinho; pelo presidente da RSB Comunicações, Romanic Sulger Buel, e pelo diretor do Banco Icatu, Marcio Rebello. Os deputados Antônio Pedregal (PSC), Mário Marques (PSDB) e André do PV participaram do evento.

ICMS VERDE

Divulgação IEF



Deputados aperfeiçoam lei para promover equilíbrio econômico entre as cidades

EVERTON SILVALIMA E FERNANDA PORTO

O próprio Governo do estado reconhece que a Lei 5.100/2007, de sua autoria, que dispõe sobre o ICMS Verde, ficou mais justa e completa após ser emendada pelos deputados e aprovada, no último dia 18 de setembro, no Plenário Barbosa Lima Sobrinho da Alerj. Na primeira discussão sobre o assunto na Casa, em agosto, 36 emendas foram apresentadas. Dessas, cinco acabaram sendo incorporadas ao texto original, além de uma subemenda à emenda número 3, modificando pontos importantes. Com a contribuição dos parlamentares, a cidade do Rio, por exemplo, que hoje não recebe sequer um centavo da partilha dos 25% do ICMS estadual, vai se beneficiar de parte dos 2,5% desses 25%, o que equivale ao ICMS Verde. “As emendas são justas e fazem bem ao projeto e ao processo legislativo e democrático”, louvou o secretário de Estado do Ambiente, Carlos Minc, que acompanhou a votação de perto.

Para que os acordos fossem costurados e o texto não comprometesse as principais intenções do Poder

Executivo ao criar o ICMS Verde, Governo e parlamentares participaram de rodadas de negociações no Colégio de Líderes, onde foram discutidas as possibilidades de inclusão ou não de emendas. “Essas reuniões são importantes porque, muitas vezes, há emendas repetidas ou outras que tocam em assuntos semelhantes. Por isso, nos reunimos para aparar as arestas”, declarou o líder do Governo na Alerj, deputado Paulo Melo (PMDB). A questão que envolve a capital, por exemplo, foi amplamente debatida porque é complexa e, atualmente, envolve a instância máxima do Poder Judiciário no País, o Superior Tribunal de Justiça (STJ). Uma ação movida pela Prefeitura do Rio questiona a exclusão do município na partilha que

já ocorre dos 25% do ICMS recolhido em todo o estado. “O Rio já recebia 75% da arrecadação anual de imposto e, por isso, há dez anos, o Governo estadual retirou o percentual do ICMS regional destinado à capital”, explicou o deputado André Corrêa (PPS), autor da única subemenda aprovada.

Foi Corrêa quem qualificou o ICMS Verde como uma “gincana ecológica” onde os municípios vão participar de uma “disputa boa” pela melhoria da preservação ambiental. E parte das regras desse campeonato surgiu nos gabinetes dos deputados. O deputado Luiz Paulo (PSDB) teve emendas aprovadas – as principais são a que incluem o Rio na divisão do imposto, no que se refere ao item ambiental, e a destinação de 10% do Fundo Estadual de Conservação



Rafael Wallace

Emenda do deputado Pedro Fernandes determinou criação de guarda municipal ambiental

ICMS VERDE



O deputado Luiz Paulo incluiu o Rio de Janeiro na divisão do ICMS

Ambiental (Fecam) para a preservação do verde. Outro parlamentar que teve sua emenda incluída no projeto foi o deputado Pedro Fernandes (DEM), que acresceu a guarda municipal ambiental ao Sistema de Meio Ambiente que deve ser criado por cada prefeitura.

A aprovação do projeto, que virou lei no último dia 5 de outubro, já começou a reverberar pelos quatro cantos do estado. O secretário municipal de Meio Ambiente de Petrópolis, Paulo Musturangi, foi um dos primeiros a se manifestar, comemorando mais um recurso com que o município da Região Serrana poderá contar. “Certamente vamos ser beneficiados, pois, historicamente, já trabalhamos a questão ambiental. A cidade tem uma Secretaria de Meio Ambiente e, o principal, um patrimônio natural que, com essa lei, passa a representar mais dinheiro para a prefeitura”, disse.

Citado por André Corrêa como um dos principais beneficiados pelo ICMS Verde, Aperibé, no Noroeste fluminense, mostrou-se satisfeita com as mudanças feitas pelos deputados no projeto de lei. O secretário de Meio Ambiente local, Luís Eccard, que está há apenas 15 dias no cargo, crê que os recursos poderão fazer com que a usina de tratamento de resíduos sólidos (lixo) da cidade fique, finalmente, pronta. “É uma obra do Governo passado muito importante e, pelo que sei, está parada”, revelou.

Numa primeira avaliação, feita pelo secretário Minc, os municípios deverão

Modificações aprovadas em plenário

Emendas do deputado Luiz Paulo (PSDB):

Aditiva 9

O Governo do estado poderá alocar recursos do Fecam até o limite de 10% para incentivar a conservação ambiental de que trata a lei.

Aditiva 10

Acrescenta ao artigo 1º da Lei Estadual 2.664, de 27 de dezembro de 1996, que dispõe sobre a divisão de 25% do ICMS estadual aos municípios, o item VI de “conservação ambiental”.

Aditiva 11

Inclui o município do Rio de Janeiro para efeitos de distribuição do ICMS Verde.

Modificativa 12

Modifica a redação do artigo 2º do projeto que trata da implantação sucessiva anual e progressiva do ICMS Verde.

Emenda do deputado Pedro Fernandes (DEM):

Aditiva 24

Inclui a “guarda municipal ambiental” no Sistema Municipal de Meio Ambiente, composto por Conselho Municipal de Meio Ambiente, Fundo Municipal do Meio Ambiente e de um órgão administrativo executor da política ambiental municipal.

Subemenda do deputado André Corrêa (PPS):

Modificativa 3

Os percentuais que qualificam os municípios a receberem o recurso mudam de 50% para 40% em implantação de Unidades de Conservação e de 20% para 25% em tratamento e coleta de lixo. O índice de despoluição das águas permaneceu em 30%.

Fotos: Rafael Wallace



Segundo o deputado André Corrêa, emendas beneficiaram Aperibé

contar com algo em torno de R\$ 100 milhões quando o ICMS Verde estiver totalmente implementado. De acordo com o projeto, a distribuição será lenta e gradual: em 2009, será descontado percentual de 1% dos 25% do ICMS; em 2010, o índice sobe para 1,8%, e, em 2011, chega aos 2,5% previstos. “Posso garantir que, já no primeiro ano de implantação, em 2009, teremos R\$ 40 milhões para dividir entre os municípios que melhor cuidam do meio ambiente”, garantiu o secretário, acrescentando que a idéia é a de gerar bônus para estimular as prefeituras a investir em meio ambiente.

Para o ex-secretário municipal de Meio Ambiente do Rio e ex-presidente do Instituto Estadual de Florestas (IEF), o consultor ambiental Mauricio Lobo, a aprovação do ICMS Verde pela Alerj foi mais que positiva. “Estamos colocando o Rio na vanguarda, pois o estado estava atrasado nesta questão. Há uma década, Paraná, São Paulo, Minas Gerais, enfim, outros estados já tinham criado seu imposto ecológico”, frisou. Lobo acredita que, mesmo não sendo administradas pelas prefeituras, muitas áreas verdes estaduais ou federais contribuirão para fazer com que as cidades cuidem de suas florestas e matas para receber parcela maior do imposto. “No Rio, grande parte dos parques funciona com conselhos consultivos que envolvem as três esferas de Poder. Portanto, não podemos falar que as prefeituras não têm nada a ver com isso”, expôs.

CAPA



Vitória na eleição da Mesa Diretora fez vibrar o presidente do Parlamento Juvenil, Magno Lucas do Nascimento

Rafael Wallace

Poder jovem no Parlamento

Experiência promovida pela Assembléia Legislativa revela uma juventude preocupada com os rumos do estado e pronta para agir

DA REDAÇÃO

Dedicação, ética e maturidade. Estes foram os princípios que envolveram a 3ª edição do Parlamento Juvenil 2006-2007, onde 40 projetos de lei escolhidos pelos deputados mirins foram discutidos durante os cinco dias da fase final dos trabalhos, entre 24 e 28 de setembro. De uma forma geral, os textos trataram de temas universais, como a educação, o meio ambiente e a geração de emprego e renda. O coordenador-geral do Parlamento, Arlindenor Pedro de Souza, comemorou a atuação dos deputados juvenis e afirmou que a idéia inicial do programa está cada vez mais próxima do ideal. “Esta edição foi marcada pelo compromisso. Os alunos que chegaram à etapa final souberam entender o propósito do Legislativo e não votaram nos autores, mas sim naqueles projetos de lei que, para eles, seriam realmente importantes”, orgulha-se.

Mas até a escolha dos cinco principais projetos, que foram entregues ao governador Sérgio Cabral, os estudantes percorreram um longo caminho, que teve início em 2006, quando ocorreram as etapas regionais do Parlamento. “Tínhamos 2.700 candidatos de 570 escolas estaduais, ou seja, de um universo de 600 mil alunos. Dos que concorreram, ficamos com 40 projetos mais significativos”, esclarece Arlindenor.

Na terceira edição do projeto, foi introduzida a etapa regional. Nesta etapa, os parlamentares eleitos na primeira fase se

reuniram em cidades pólo das cinco regiões em que foi dividido o estado – Itaperuna, Paraty, Saquarema, Três Rios e Duque de Caxias – e escolheram os melhores projetos. Dos autores de um total de 40 projetos, saíram os 28 parlamentares que chegaram à etapa final na Alerj.

Depois das discussões nos pólos, quando vários temas foram previamente debatidos, os deputados juvenis chegaram ao Palácio Tiradentes no dia 24 de setembro. A satisfação por terem suplantado as dificuldades da etapa anterior estava estampada na cara de cada um. “Foi difícil chegar até aqui, mas chegamos com a certeza de termos apresentado idéias que podem melhorar a vida da juventude fluminense”, avalia Tiago Domingues dos Santos, de 18 anos e natural de Itaocara. O jovem, que também participou da 2ª edição, quando foi eleito presidente do Parlamento, vestiu seu melhor terno para tomar parte na foto oficial do evento – uma alegria que também contagiou o 1º vice-presidente da Alerj, deputado Coronel Jairo (PSC), que deu as boas vindas aos jovens parlamentares. “A ditadura tolheu a capacidade dos jovens de pensar o Brasil. Estamos retomando isso. Mesmo se eles não forem futuros políticos, que, pelo menos, pensem mais o País”, ressalta Jairo.

Assim que a foto foi tirada, os deputados juvenis tiveram pouco tempo para a descontração até a primeira sessão legislativa, no Plenário Barbosa Lima Sobrinho, onde a Mesa Diretora foi eleita. O animado Tiago, que revelou a intenção de concorrer ao posto de vereador em sua cidade, por pouco não foi reeleito, mas perdeu o cargo para o araruamense Magno Lucas do Nascimento, também de 18 anos, porém 18 dias mais velho que o ex-presidente. O novo líder do grupo comemorou a vitória como gente grande, com braços erguidos e “V” de vitória. “Estamos aqui para mostrar que os jovens ainda têm o poder de persuasão.

Precisamos buscar aparatos políticos para melhorar o Estado do Rio e, principalmente, mudar a educação”, discursou o novo presidente.

Para dividir a tarefa de presidir o Parlamento, Magno contou com Tiago como 1º vice-presidente, Cristiane de Jesus Silva, de Iguaba Grande, 2ª vice; Bernardo Roberto Cardoso Pinto, de Saquarema, 1º secretário; e Bruno Baptista Nicolau, de Volta Redonda, 2º secretário. Eles ajudaram os estudantes Heron Caetano, de Miguel Pereira, e Fernando Luis Miranda Filho, de Santo Antônio de Pádua, escolhidos como coordenadores dos trabalhos nas duas comissões técnicas, a discutirem os 40 projetos. Foram três dias seguidos de debates que aconteceram na Biblioteca D. Maria Portugal Duque Costa e nas salas 311 e 316 das comissões. “Na comissão estamos fazendo uma análise criteriosa dos projetos. O que observamos é que sairão daqui as melhores idéias pensadas pelos nossos colegas”, ressaltou Caetano.

O árduo trabalho feito para destrinchar as idéias, que foram da criação da Semana de Combate à Violência Doméstica contra a Criança e o Adolescente à implantação de aulas de Legislação, Ética e Cidadania na grade curricular do segundo segmento do ensino fundamental, teve seu ápice com a escolha de 11 projetos que seguiram para a quinta e última sessão e de onde saíram os cinco melhores. O presidente Magno teve outra satisfação: viu seu projeto, que dispõe sobre a realização freqüente de provas de admissão para os alunos do terceiro ano do ensino médio que queiram ingressar em universidades, entre os eleitos. Uma das mais atuantes deputadas juvenis desta edição, a estudante Alexsandra Soares, de Niterói, também teve escolhida sua idéia de criação de um serviço itinerante do Tribunal Regional Eleitoral (TRE-RJ) nas escolas.

Os outros três projetos que também foram entregues ao governador Sérgio Cabral, no dia 27 de setembro, quando o chefe do Executivo esteve na Alerj para assinar o convênio de adesão do Rio ao Programa de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci), saíram das mentes engajadas dos parlamentares juvenis Betânia de Carvalho Lopes, de Rio Bonito; Diogo Mota Silva, de Maricá, e Aline Gonçalves Maia, de Santa Maria Madalena. Betânia, a mais jovem do grupo, com 14 anos, quer autorizar o Governo do estado a conceder incentivos fiscais para empresas que contratam estudantes devidamente matriculados. “Mostrei que tinha capacidade e que a idade não é o mais importante. Cheguei até aqui porque tinha condições de chegar”, vangloriou-se a aluna da sétima série. Já Diogo pretende beneficiar com incentivos fiscais as empresas que firmarem convênios para qualificar os estudantes, e Aline, fomentar a preservação dos rios através do plantio de mata ciliar, ou seja, a mata que cresce nas margens.

Com o dever de casa devidamente executado, o último dia do Parlamento Juvenil foi para que os jovens pudessem relaxar. Eles participaram da gravação do programa Juventude em Foco, da TV Alerj, com o líder do Governo na Alerj, deputado Paulo Melo (PMDB), e aproveitaram para avaliar a experiência e se despedir. “Essa foi a melhor edição. Existiu uma grande mudança na conduta dos parlamentares juvenis, uma enorme dedicação na análise dos projetos”, garantiu o vice-presidente do Parlamento, Tiago Santos. Em seguida, eles partiram para os abraços e os indefectíveis tapinhas nas costas para combinar que, em 2008, farão de tudo para estar de volta ao Palácio Tiradentes, a fim de discutir o que será mais uma novidade do projeto: a apresentação de projetos que versarão sobre um único tema, o aquecimento global. Então, até o ano que vem!



Rafael Wallace

A CHEGADA – Ainda em traje casual, jovens iniciaram articulação para eleição da Mesa Diretora



Fabiano Veneza

HISTÓRIA – Antes de iniciar os trabalhos, parlamentares conheceram a história do Palácio Tiradentes



Fabiano Veneza

COMISSÃO – Projetos foram analisados pelas comissões. Uma delas se reuniu na Biblioteca da Alerj



Rafael Wallace

AUDIÊNCIA COM O GOVERNADOR – Os cinco melhores projetos foram entregues no último dia ao governador Sérgio Cabral

Experiência no Parlamento estimula cobrança pela melhora da política

Fabiano Veneza



“Essa experiência é muito válida, porque quando participamos de projetos como o Parlamento Juvenil, aprendemos com as experiências dos outros. E se nós não participamos não podemos criticar. Vamos levar para nossas escolas essa vivência e tentar ampliá-la para as câmaras municipais, para que os jovens se conscientizem de que podemos mudar essa imagem que ela tem hoje.”

Alexsandra Araújo Soares (Niterói)

Rafael Wallace



“Foi uma honra ter tido a chance de participar desse projeto excepcional que é o Parlamento Juvenil, e ter sido eleito presidente. Sem dúvida nenhuma, ele é essencial na vida dos jovens. Tenho certeza de que os que estiveram aqui vão embora sabendo que a transformação da Política depende de nós. O Parlamento Juvenil é um projeto que pode mudar a história da nossa educação.”

Magno Lucas do Nascimento (Araruama)

Fabiano Veneza



“Poder ver de perto como funciona esta Casa legislativa e participar do processo é um passo para que possamos ingressar na vida política. Meu projeto nasceu de uma indignação minha em perceber que quando o jovem termina o ensino médio ele não está qualificado para exercer nenhuma profissão. Por isso, ele prevê incentivos fiscais para empresas que firmem convênios para qualificar os estudantes.”

Diogo Mota Silva (Maricá)

Rafael Wallace



“Nunca me interessei por política. Resolvi participar desse projeto porque meus amigos me diziam que eu falava bem. Na primeira fase, me surpreendi com a aprovação do meu projeto e comecei a me interessar pelo processo. O que levo dessa experiência é que nós temos o poder de mudar os políticos. Se não nos interessarmos pelos políticos que elegemos e se não cobramos deles, as coisas continuarão como estão”

Betânia de Carvalho Lopes (Rio Bonito)

Duas gerações de parlamentares que se encontram nos corredores da Alerj

Fora do recesso parlamentar, os deputados juvenis puderam, nesta edição do Parlamento, esbarrar com os deputados estaduais a todo momento. Muitos dos representantes legítimos da população fizeram questão de participar das sessões em que os estudantes discutiram projetos e debateram temas. O primeiro a estar com os jovens foi o 1º vice-presidente da Alerj, deputado Coronel Jairo (PSC). “O Parlamento Juvenil colabora para a formação de novas lideranças e também incentiva o debate político entre os jovens, criando uma consciência crítica. Essa iniciativa é fundamental para a consolidação da cidadania e para dar voz aos estudantes no Poder Legislativo estadual”, declarou.

A primeira reunião, quando os participantes escolheram a Mesa Diretora, foi acompanhada de perto pelos deputados Luiz Paulo (PSDB) e Paulo Ramos (PDT). “É a consolidação do processo democrático e da estruturação política da própria juventude, que pode votar e influenciar um voto com mais propriedade”, alertou o tucano. Para o pedetista, o Parlamento Juvenil serve para valorizar, cada vez mais, o

Legislativo fluminense. “Esses jovens são uma amostragem do que poderemos esperar da política para os próximos anos”, lembrou Ramos.

O líder do Governo, deputado Paulo Melo (PMDB), saudou os parlamentares juvenis na chegada e se despediu deles participando, no último dia do projeto, da gravação de um programa da TV Alerj. “Esta é uma grande oportunidade que o jovem talentoso tem de participar efetivamente de um processo de transformação. O Parlamento é, na realidade, um grande laboratório político que pode influenciar o processo de renovação da política fluminense”, ressaltou. Presidente da Comissão de Educação da Alerj, o deputado Comte Bittencourt (PPS) esteve com os jovens nas discussões das comissões técnicas. “A participação agrega valores aos estudantes e um conhecimento a mais, que muitos alunos não têm. Aqui eles podem conhecer bem de perto o cotidiano de um Poder Legislativo e verificar a diferença existente entre os legisladores e o Poder Executivo que, muitas vezes, são confundidos pela sociedade”, explicou.

DE OLHO NO GOVERNO

Rafael Wallace



Mais investimentos para o Rio

Deputado Alessandro Molon, ministro da Justiça Tarso Genro e governador Sérgio Cabral: integração de ações pelo desenvolvimento

Alerj sedia assinatura do chamado PAC da Segurança Pública e forma comissão para acompanhar implantação do programa no estado

FERNANDA PORTO E EVERTON SILVALIMA

A construção de nova penitenciária e a criação de uma bolsa-auxílio que beneficiará de seis a oito mil policiais serão as ações que o Governo do estado irá priorizar no Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci), que foi assinado pelo ministro da Justiça, Tarso Genro, e pelo governador Sérgio Cabral no dia 27 de setembro, na Assembléia Legislativa do Rio. “Essa é mais uma das ações de integração entre os governos federal e estadual que têm permitido ao Rio grandes gols, grandes feitos nos últimos nove meses”, discursou Cabral. O ministro, que recebeu, durante a solenidade, o título de Cidadão do Estado do Rio de Janeiro concedido pelo deputado Alessandro Molon (PT), saudou a iniciativa. “O Rio deve voltar a ser a vanguarda da democracia e de construção da República em nosso País”, defendeu.

Algumas horas antes da formalização do convênio, foi instalada na Casa uma comissão especial para acompanhar a implantação do programa no estado. O presidente da comissão, deputado Alessandro Molon, informou que o principal objetivo dos parlamentares será o de criar um espaço para que o assunto seja discutido pela sociedade. “Vamos debater de que maneira esse programa irá contribuir para a segurança do nosso estado”, adiantou o

petista, acrescentando que o mais importante da comissão é o seu caráter suprapartidário. “Os parlamentares se conscientizaram da importância de colocar os interesses políticos de lado e pensar no interesse público”, comemorou. Integrarão a comissão os deputados Wagner Montes (PDT), como vice-presidente; André Corrêa (PPS), como relator; e Délio Leal (PMDB) e Rodrigo Dantas (DEM), como membros titulares.

Em seu discurso no plenário, o governador fez questão de frisar que o Rio já será contemplado, em 2008, com verba do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) da ordem de R\$ 1,2 bilhão e que ela será utilizada no beneficiamento das 700 mil pessoas que vivem em favelas. “O Pronasci, que é o PAC da Segurança, é mais um capítulo dessa parceria com o presidente Lula, que tem muitas interfaces e não vai parar por aqui. Não dá para pensar em segurança sem pensar em geração de emprego, desenvolvimento econômico e urbanização”, ressaltou. O ministro Tarso Genro aproveitou para sublinhar a importância da Segurança Pública na consolidação da democracia. “A democracia não será construída de maneira efetiva se a Segurança Pública não for considerada uma categoria central da Política”, avaliou.

O Pronasci, programa do Governo federal, foi criado para atender às 11 regiões mais violentas do País. Dentre as iniciativas previstas estão a distribuição de bolsas a jovens que moram em áreas de risco e aos policiais para aperfeiçoamento do seu trabalho. Além disso, penitenciárias serão construídas para jovens entre 18 e 24 anos, para que eles não se misturem aos presos mais antigos.

CURTAS

Divulgação



Prêmio de Integração Latino-americano

O presidente da Comissão de Minas e Energia da Alerj, deputado Glauco Lopes (PSDB), foi homenageado, no dia 21 de setembro, no Rio de Janeiro, pela Câmara Internacional de Pesquisa e Integração Social (Cipis), ONG de incentivo ao desenvolvimento da integração na América Latina. Em seu discurso o deputado detalhou, além da atuação da Comissão, as ações do estado junto ao desenvolvimento de novas energias. “A América Latina deve buscar caminhos alternativos para crescer, aliando desenvolvimento com preservação ambiental”, afirmou.

Aula sobre a constituição

O procurador-geral da Assembleia Legislativa do Rio, Marcello Cerqueira, especialista em Direito Constitucional, deu uma aula no dia 17 de setembro, na Escola da Magistratura do Estado do Rio, sobre a história das constituições na Europa e na América, seu desenvolvimento e seu processo de reforma, sempre comparando os conteúdos com o da Constituição Brasileira. Durante a palestra, Cerqueira, autor do livro *A Constituição na História – Origem & Reforma: da Revolução Inglesa de 1640 à Crise do Leste Europeu*, afirmou que, para entender uma constituição, não basta ler as cláusulas pétreas. “É preciso ler o contexto, analisar as condições históricas e, sobretudo, econômicas em que aquilo se deu”, explicou.

HISTÓRIA

Concurso de monografia premiará estudantes

Alunos de escolas públicas estaduais e municipais poderão inscrever trabalhos de 1º de novembro a 1º de dezembro

EVERTON SILVALIMA

Há 200 anos o Brasil começou a ganhar ares de país do futuro. Pelo menos é assim que muitos historiadores e políticos enxergam aquele que foi um dos mais importantes fatos do período colonial: a chegada de D. João VI e da família real portuguesa ao Rio de Janeiro, em 1808. Para resgatar essa data, que será intensamente comemorada em 2008, a Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro está promovendo um concurso de monografias sobre o tema, que vai premiar redações de alunos da rede pública estadual e municipal do ensino fundamental e médio do estado, com a supervisão de um professor orientador, que também será premiado. “Queremos recuperar esse fato histórico que desenvolveu o Brasil de tal maneira que, desde aquela época, nunca se viu um conjunto de ações tão empreendedoras. D. João VI é uma figura política da maior importância na constituição do nosso País”, afirma o deputado Luiz Paulo (PSDB), autor do projeto de resolução 975/05, que criou o concurso.

Serão premiados três trabalhos inéditos de estudantes da rede pública, com o mínimo de cinco e o máximo de 20 páginas de texto, contendo notas, bibliografia e anexos. O primeiro lugar receberá R\$ 3 mil, sendo que, neste caso, o prêmio também será estendido ao professor orientador, que ganhará R\$ 1.500. O segundo lugar ficará com R\$ 2 mil e o terceiro, com R\$ 1 mil. As inscrições, que deverão ser feitas, em horário comercial, no Protocolo Geral da Alerj, na Rua da Alfândega, 6, térreo, no Centro do Rio, ou através dos Correios, começam no próximo dia 1º de novembro e terminam em 1º de dezembro.

Ainda segundo o edital, o resultado do concurso será divulgado no dia 15 de fevereiro de 2008, após anúncio feito pelo presidente da Assembleia, deputado Jorge Picciani (PMDB), em sessão no Plenário Barbosa Lima Sobrinho. A premiação dos melhores trabalhos deverá acontecer dentro da semana comemorativa dos 200 anos da chegada de D. João VI ao Rio, entre os dias 7 e 14 de março de 2008. Contribuição à história, originalidade da abordagem, objetividade do trabalho, clareza na linguagem adotada e a média aritmética das notas atribuídas por cada um dos três especialistas em História do Brasil, que formarão a comissão julgadora, serão os critérios levados em conta para o resultado.

Os trabalhos, premiados ou não, passarão a fazer parte do acervo cultural da Alerj e poderão ser publicados no site da Casa. “Os textos das monografias originais que forem classificadas passarão a fazer parte do arquivo do Centro Cultural da Alerj, inaugurado em junho deste ano, para que possamos colocar D. João no lugar em que ele, merecidamente, deveria estar: no das figuras proeminentes da nossa história”, ressalta o deputado Luiz Paulo. O regulamento completo do concurso encontra-se no site da Alerj: www.alerj.rj.gov.br.

Staff Comunicação



ALERJ ITINERANTE

Margareth Pinheiro



Em Valença, os deputados Comte Bittencourt, Marcelo Freixo e Olney Botelho conheceram as reivindicações locais e buscam solucioná-las

Deputados visitam escolas e lideranças no interior para montar um diagnóstico da Educação fluminense

NATALIA ALVES

Fazer um retrato fiel do sistema educacional em todo o estado. Este é o objetivo da Comissão de Educação da Assembleia Legislativa do Rio, que tem organizado visitas ao interior do estado para elaborar um amplo relatório sobre a situação da Educação fluminense. Nos encontros, os deputados visitam as escolas públicas, conversam com professores, alunos e vereadores, para compreender a realidade do Legislativo municipal. De acordo com o presidente da comissão, deputado Comte Bittencourt (PPS), essa aproximação permite que os deputados chequem as reivindicações e necessidades de cada região e busquem ações efetivas para atender a essas demandas. “Estas viagens aproximam o Legislativo estadual da realidade e das necessidades dos municípios fluminenses”, observa.

Até o fim de setembro, a comissão visitou as regiões Norte, Noroeste e serrana. Em comum, os deputados observaram as manifestações positivas a respeito da iniciativa de promover o encontro. “Quando realizamos a reunião na Câmara Municipal de Itaperuna, ouvimos do vereador que preside a Comissão de Educação, João Cunha Neto, que nenhuma

outra comissão esteve na cidade. Nossa visita mostra para a população local que na Alerj existem deputados preocupados com cada canto do estado”, relata a vice-presidente da comissão, deputada Sheila Gama (PDT).

Para o deputado Marcelo Freixo (PSol), membro da comissão, a iniciativa de visitar o interior democratiza o acesso da população ao trabalho desenvolvido pelos parlamentares e suas ações. “É fundamental que a Alerj represente o estado como um todo. Esta é uma ação pedagógica da comissão que, realizando

“ Estas viagens aproximam o Legislativo estadual da realidade e das necessidades dos municípios fluminenses ”

Deputado Comte Bittencourt (PPS)

audiências públicas nos locais visitados, facilita o acesso das pessoas que nem sempre conseguem chegar à Assembleia”, explica o parlamentar.

No interior do estado os problemas encontrados pela comissão não são diferentes dos observados na capital: a carência de professores, os baixos salários da categoria, a necessidade de reforma nos prédios onde funcionam as escolas, a carência de transporte e o baixo percentual repassado para a merenda escolar. Em reunião com as coordenadorias da região Serrana, os

parlamentares ouviram reclamações sobre o processo de municipalização das escolas do estado em 12 municípios do interior. De acordo com os representantes ouvidos, algumas unidades que funcionavam em tempo integral passaram a abrir as portas em turnos específicos. As reclamações motivaram a realização de uma audiência pública em setembro, onde ficou decidido que os parlamentares tentariam estender o prazo previsto na Lei 4.528/05, que dispõe sobre a transferência da responsabilidade do ensino fundamental para as prefeituras, por mais três anos.

Em Campos, no Norte fluminense, a comissão se reuniu com os sindicatos dos profissionais e com o Diretório Central dos Estudantes (DCE) da Universidade Estadual do Norte Fluminense (Unf) para ouvir as reclamações acerca da defasagem salarial e a demanda dos funcionários, que querem a equiparação do valor dos tíquetes e do auxílio-creche com o da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). “Se o orçamento fosse rigorosamente cumprido pelo Executivo, esses pedidos poderiam ser atendidos”, ressaltou Bittencourt, acrescentando que a questão da municipalização do ensino fundamental, sem a perda da qualidade da educação e, principalmente, sem as perdas salariais dos profissionais da área, também foi levantada na região. “Até o fim do ano vamos visitar outras regiões do estado para concluir o levantamento”, adiantou o parlamentar.

“O jovem esclarecido se torna um cidadão mais consciente”

MARCELA MACIEL

Com 14 anos, o deputado Rodrigo Neves (PT) despertou para a vida política ao abraçar o movimento estudantil, participando de discussões sobre o passe livre, a meia-entrada, o aumento abusivo das mensalidades escolares e a falta de infra-estrutura para os alunos da rede pública. Segundo Neves, foi este caminho que o trouxe à política. Presidente das comissões de Assuntos Municipais e Desenvolvimento Regional e da que acompanha a implementação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) no estado, ele acredita que o papel do parlamentar não se limita a atividades legislativas e ressalta sua necessidade de manter um diálogo permanente com a sociedade, a qual representa.



Rafael Wallace

Atualmente, como está este diálogo com a população?

Estamos avançando no que diz respeito à participação da população nas decisões mais importantes do estado e acredito que este processo precisa ser cada vez mais amplo, trabalhando o conceito de cidadania ativa. A cidadania não se resume ao ato de votar, mas de acompanhar organizadamente, durante todo o mandato, as atividades e decisões que influenciam a vida da população. Nós trabalhamos para ampliar esse contato, seja através de audiências públicas e fóruns, ou disponibilizando debates, projetos e nossas atividades através do site da Casa (www.alerj.rj.gov.br) e da TV Alerj (canal 12 da NET). Também é papel do parlamentar buscar a interatividade com a população, porque a qualidade de vida de uma sociedade está intimamente associada à qualidade da política com a qual se convive. E é, neste sentido, que devemos pensar

em trazer o jovem para interagir com o Legislativo, porque ele se torna um cidadão mais consciente.

Como tem sido seu trabalho na comissão especial e quais os próximos passos a serem dados?

Nossa comissão tem contado com o apoio de vários parlamentares. Nosso objetivo é acompanhar os investimentos e projetos do PAC. Já debatemos, no primeiro semestre, o Complexo Petroquímico do estado e o Arco Metropolitano. No segundo semestre, visitamos a comunidade da Rocinha e o Morro do Preventório, em Niterói, para acompanhar os investimentos em estrutura urbana nas favelas. Devemos visitar ainda o Complexo do Alemão, o Pavão-Pavãozinho e Mangueiras. Outro ponto que discutimos foi o programa de construção de navios e

plataformas de petróleo no estado, cujos investimentos previstos no PAC totalizam R\$ 50 bilhões. Precisamos acompanhar esses projetos que têm potencial para criar um novo ciclo de desenvolvimento no Rio de Janeiro.

Depois de representar a população no Legislativo municipal, como é estar no Parlamento estadual?

“Precisamos acompanhar esses projetos que têm potencial de criar um novo ciclo de desenvolvimento”

dos diversos partidos representados na Casa e com a sociedade civil organizada. Devo muito à experiência que adquiri na Câmara Municipal de Niterói porque lá pude conhecer o funcionamento do Legislativo. Isso me permite ser mais ativo, principalmente quando o estado vive um momento novo, de reconstrução de políticas públicas. E o Legislativo tem que estar presente, promo-

vendo debates democráticos, prestando contas e utilizando os instrumentos que possam aproximar o povo de seus representantes.

Dentre os inúmeros projetos de lei apresentados até agora, qual o senhor destacaria?

Eu e o deputado Luiz Paulo (PSDB) apresentamos um projeto que cria um plano diretor da região metropolitana do estado, com o objetivo de estabelecer um planejamento para os próximos quatro anos, no que diz respeito à qualificação profissional, habitação, saneamento e transportes, necessidades básicas de uma região que concentra 80% da população e que vai receber os maiores investimentos públicos e privados do Brasil, por conta dos complexos petroquímico e siderúrgico. Esse projeto tem a finalidade, portanto, de potencializar as oportunidades que vão se abrir e reduzir os impactos negativos que investimentos dessa magnitude podem trazer.